

A SAÚDE NA ESCOLA: ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS DE 1^a A 4^a SÉRIES*

Adriana Mohr

Pesquisadora-auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro

RESUMO

Os volumes pertencentes a três coleções de livros didáticos (1^a a 4^a séries) mais distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1991, foram analisados com relação a seus conteúdos de Programas de Saúde. Os resultados apontam a inadequação desses livros quanto à correção dos conteúdos, metodologias utilizadas e ilustrações apresentadas, dentre outros problemas. O caráter receituário e dogmático das informações veiculadas prejudica os objetivos dos Programas de Saúde escolares, além de incentivar preconceitos e temores infundados com relação à doença ou aos doentes. Por outro lado, não dimensionam as verdadeiras situações de risco. Tendo em vista a importância do PNLD no cenário educacional atual, são feitas algumas sugestões de melhoria dos processos de avaliação dos livros didáticos disponíveis, o que modificaria a curto e médio prazo a qualidade do Programa.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE — LIVRO DIDÁTICO — PROGRAMAS DE SAÚDE

ABSTRACT

HEALTH IN THE SCHOOL: ANALYSIS OF FIRST THROUGH FOURTH GRADE TEXT-BOOKS. Three collections of the most widely PNLD-distributed text-books (1st through 4th grades) in the State of Rio de Janeiro in 1991 were analyzed, in order to evaluate the Health-Program's content. We detected and quantified inadequacies, and deficiencies in the correction of its content, methodologies, and illustrations. The dogmatic style used throughout the texts jeopardizes the true objectives of a health teaching program. It also strengthens prejudices and unwarranted fears concerning diseases and contact with sick persons. They also fail in the correct presentation and characterization of risk situations. In view of the importance of the PNLD (National Plan for Textbooks) in the present educational scene, some recommendations towards its improvement and proper implementation are made.

* Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1994.

O conceito de saúde nos livros didáticos de 1ª a 4ª séries — que compõem as três coleções mais compradas pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) do Ministério da Educação (MEC), no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 1991 — para o estado do Rio de Janeiro é aqui discutido.

O estudo se justifica dada a atual importância do livro didático como recurso pedagógico nas escolas brasileiras e dados os custos envolvidos na sua compra e distribuição às escolas.

A bibliografia brasileira sobre livro didático é extensa e aborda diferentes aspectos da questão. Excelentes sistematizações encontram-se em Freitag et al. (1987 e 1989) e Fracalanza et al. (1989). Na área do livro didático de Programas de Saúde destinados a 1º e 2º graus, porém, a bibliografia é escassa. Destaco os seguintes: Candeias (1984) discute a definição dos critérios para a seleção de temas a serem incluídos no currículo escolar, em função dos interesses manifestados por adolescentes da 3ª série do 2º grau, em São Paulo; Schall et al. (1987a) descrevem o processo de desenvolvimento de uma coleção de livros, sob forma de histórias infantis, a *Ciranda da Saúde*; Nascimento e Rezende (1988) relatam um projeto de educação em saúde, na 3ª e 4ª séries, mediante a elaboração de textos e desenhos sobre temas relacionados à saúde pelos próprios alunos em uma escola da periferia de Belo Horizonte; Moura (1990), em estudo sobre o ensino da saúde, na cidade de Campinas, com estudantes na sua maioria cursando a 5ª série, verificou que assuntos considerados de interesse pelos alunos nem sempre são os mesmos considerados pelos professores.

Especificamente sobre análise de livro didático na área de saúde, para 1º e 2º graus, Pretto (1985) avalia como a ciência e saúde são apresentadas em algumas coleções de 1ª a 4ª séries. Vargas et al. (1988) analisam o conteúdo referente à unidade *corpo humano* em quatro livros de Ciências de 7ª série. Nil-da Alves (1987) resume os resultados de um projeto de pesquisa envolvendo análise de livros didáticos. Neila G. Alves (1987) analisa o conteúdo de saúde em uma coleção de livros de Ciências de 1ª a 8ª séries.

OS PROGRAMAS DE SAÚDE

A lei 5.692/71 determina que a educação em saúde, na escola, seja desenvolvida através de atividades diversificadas ao longo de todo o 1º e 2º graus, dentro dos denominados Programas de Saúde (Ministério da Educação, 1971). O Conselho Federal de Educação (1974) dispôs sobre essas atividades.

Na Conferência Internacional sobre Atenção Primária em Saúde, realizada em Alma-Ata, em 1978, a educação em saúde foi listada como o primeiro de oito elementos essenciais aos cuidados primários de saúde, que, por sua vez, foram identificados como chave para atingir o objetivo estabelecido pela Orga-

nização Mundial da Saúde — Saúde para Todos no Ano 2000 (Green, 1983).

O objetivo maior da educação em saúde deve ser o de possibilitar aos alunos a aquisição de conhecimentos que fundamentem, orientem, justifiquem e que levem à adoção de comportamentos necessários para que o cidadão intervenha, no nível individual e coletivo, na manutenção e melhoria de suas próprias condições de saúde e da comunidade onde vive. Assim, “a educação ambiental e a educação em saúde assumem um caráter muito mais amplo do que a mera (mas importante e indispensável) aquisição de conhecimentos, passando a ser um momento de reflexão e questionamento das condições de vida, suas causas e conseqüências, e se tornando um instrumento para a construção e consolidação da cidadania” (Mohr e Schall, 1992. p.202).

O LIVRO DIDÁTICO

A despeito de novas tecnologias educacionais disponíveis, o livro didático ainda constitui o recurso pedagógico mais difundido, não só no Brasil como no resto do mundo, como constata Altbach (1983) e Richaudeau (1986).

Especificamente no Brasil, numerosos estudos têm demonstrado que a importância do livro didático na atividade escolar é muito significativa: na área de estudos sociais, Hofling (citada por Molina, 1987) constatou que 78,6% dos professores entrevistados seguem exclusivamente o livro didático; 80% dos 347 professores de história (2º grau) questionados por Franco (1982) utilizavam-se de livros didáticos em suas atividades docentes; Pondé et al. (1984. p.26) afirmam ser o livro didático, “por excelência, o recurso utilizado na escola brasileira não só dos grandes centros urbanos como também das outras áreas”; Moura (1990. p.285) constatou que 85,3% dos professores pesquisados sobre o ensino da nutrição valem-se do livro didático “como material de apoio para a organização do conteúdo”. Pretto (1988. p.3) vai mais além, dizendo que a atual realidade educacional relegou o professor a um papel secundário em que sua ação, na maioria das vezes, “é seguir um manual didático que lhe servirá de programa, de instrumento de planejamento, de livro de estudo e de caderno de atividades. Restou ao professor única e exclusivamente o livro didático e a tarefa de reproduzi-lo”. Também Barbieri (1992. p.13) registra que, “freqüentemente, o professor descarta a licenciatura que cursou e fica com o livro didático”.

Verificamos, assim, que o livro didático transformou-se de **um** dos recursos pedagógicos disponíveis em o **único** material didático utilizado, substituindo, às vezes, o próprio professor. Conseqüência de vários fatores, que vão do despreparo à falta de tempo hábil para a organização e planejamento do curso, o professor acaba por adotar o índice do livro didático como programa de curso para o período letivo. O livro, ao longo do ano escolar, transforma-se em fonte

das informações, textos, exercícios e das ilustrações utilizados em aula e em casa.

Esse fenômeno não se resume à simples relação professor-livro didático, mas comporta determinantes e condicionantes que obrigatoriamente devem ser considerados na análise da questão: número de alunos presentes em cada turma, carga horária destinada ao professor, tempo que este pode dedicar-se ao estudo e atualização, além da remuneração dos docentes. Outro problema é a falta de alternativa ao livro didático. São raras as escolas que possuem bibliotecas adequadas que possam facultar uma diversificação de fontes de consulta a alunos e professores que, eventualmente, disponham de tempo, habilidades e hábitos de frequentá-las. Também são escassas as publicações do tipo divulgação científica dirigidas para o público em idade escolar.

A importância da utilização de um livro didático satisfatório na escola aumenta se considerarmos o fato de que ele "pode ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contacto. Considerando-se o fato de que, ao deixar a escola, pode ocorrer que jamais tornem a pegar em livros, percebe-se que, para muitos cidadãos, o livro didático termina por ser o livro" (Molina, 1987. p.18).

Sem dúvida, o recurso pedagógico representado pelo livro didático tem muito a contribuir na estruturação e desenvolvimento das atividades na escola. Ele pode apresentar uma síntese escolhida, lógica e adequadamente ordenada, dos conhecimentos de determinada área; pode conter um conjunto de exercícios e atividades a ser proposto aos estudantes, além de possuir grande valor afetivo para a criança, principalmente nas séries iniciais. Contudo, algumas dessas características positivas do livro, se não forem apresentadas com critério e estruturadas com extremo cuidado, podem encerrar limitações muito negativas, como a demasiada circunscrição do conteúdo, que pode apresentar o livro como acabado e imutável, além de dissimular as lacunas de conhecimentos e ignorar as controvérsias que existem nos diferentes campos do conhecimento. As sucessivas reimpressões fazem com que o livro didático permaneça igual, não incorporando aquisições importantes de conteúdo e de abordagem que caracterizam a dinâmica do conhecimento científico ou da produção literária. Por fim, toda a riqueza de pontos de vista, opiniões e diferentes enfoques se perde com a utilização de uma única fonte de consulta.

Os números referentes ao livro didático no mercado editorial brasileiro também demonstram sua importância como produto. De acordo com a *Produção Editorial Brasileira* (SNEL, 1993), no ano de 1991, a categoria "1º grau" representava, em termos de títulos editados, 19,74% (2.294 títulos) do total publicado naquele ano (11.620 títulos), só perdendo para a "literatura infanto-juvenil" (20,07% com 2.332 títulos). Segundo a tiragem, os livros didáticos de 1º grau representavam a maior fatia do mercado editorial brasileiro (44,94%), significando um volume de 90.030.121 do total de 200.343.752 exemplares.

O Ministério da Educação, por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático, constitui-se no maior comprador desses livros. Em 1991, adquiriu "um total de 67,2 milhões de exemplares de livros didáticos para distribuição a alunos e professores das escolas públicas do País" (Brasil, 1991b. p.3).

No quadro "Posição das Editoras Conforme a Tiragem" do SNEL (1990), 6 dentre as 10 primeiras editoras possuíam títulos no *Manual para Indicação de Livro Didático* — 1991 (Brasil, 1990).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/FAE/MEC) vem sendo desenvolvido nos moldes atuais desde 1985 e abrange alunos de 1ª a 8ª séries do 1º grau das escolas públicas (federais, estaduais, municipais) e comunitárias. O PNLD adquire e distribui os livros de editoras particulares (ou títulos editados por Secretarias de Educação) de acordo com as solicitações que recebe das escolas, indicações estas que devem ser de responsabilidade de cada equipe de professores.

MATERIAL ANALISADO

Utilizei livros didáticos de 1ª a 4ª séries do 1º grau, adotados nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro dentre os mais distribuídos pelo PNLD no Estado, em 1991. Tais livros foram selecionados de uma listagem da FAE (Brasil, 1991a). As três coleções, citadas a seguir, correspondem a 61,8, 77,4, 56,2 e 58,4% do total dos livros com conteúdo de programas de saúde (volumes exclusivos ou multidisciplinares) distribuídos no Estado, respectivamente nas quatro séries iniciais: Maria Eugênia Bellucci e Luiz G. Cavalcante, *Integrando o Aprender*, 9ª edição, São Paulo, Scipione, 1991; D'Olim Marote, *Coleção Aquarela*, 3ª edição, São Paulo, Ática, 1991; Lucina Passos, Albani Fonseca e Marta Chaves, *Aprender com Alegria*, 6ª edição, São Paulo, Scipione, 1991. Todas as coleções compõem-se de um volume para cada uma das quatro séries iniciais, apresentam manual para o professor e são multidisciplinares (Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Programas de Saúde). As coleções *Integrando o Aprender* e *Aprender com Alegria* apresentam cartilha.

MÉTODOS PARA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Nos livros selecionados, os conteúdos de saúde foram identificados nos capítulos específicos de Programas de Saúde e, se presentes, nos de Ciências.

Propus *critérios de análise* que pudessem revelar como a saúde é tratada nos livros didáticos. Não foram analisados outros aspectos também essenciais à qualidade global do livro, tais como inteligibilidade dos textos, adequação do vocabulário, características físicas do livro (papel, capa ou encadernação).

Os critérios de análise utilizados foram: 1) como são apresentados e desenvolvidos os *conceitos* e *definições*; 2) como são explicados os *termos técnicos* introduzidos, sendo que a adequação do vocabulário não-técnico foi desconsiderada na análise, por ultrapassar os objetivos propostos, embora reconheça sua capital importância para a inteligibilidade de qualquer texto escrito; 3) os *pré-requisitos*; 4) correção científica dos textos; 5) adequação dos livros à diversidade de *realidades econômicas* e *geográficas* presentes no estado do Rio de Janeiro, pois alguns dos títulos constantes do *Manual* (Brasil, 1991b) têm especificação regional (*A Criança e a Natureza - versão Minas Gerais*, por exemplo); 6) *adequação à idade mínima* dos alunos aos quais os livros se destinam (embora não se tenha realizado uma análise, como a requer um trabalho com objetivo específico de avaliar a adequação do conteúdo ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, a comparação de alguns conteúdos pôde detectar certas incongruências); 7) *enfoque sanitário* (ações preventivas ou curativas); 8) *ações requeridas e recomendadas* (individuais ou coletivas); 9) consideração do *ambiente* influenciando e condicionando a saúde e a doença; 10) aprofundamento dos conteúdos apresentados e habilidades desenvolvidas em relação ao apresentado no volume anterior, uma vez que os temas principais são recorrentes em todos os volumes de cada coleção; 11) *atividades propostas*; 12) qualidade, correção e adequada inserção das *ilustrações* no texto.

Tendo como base esses critérios, analisei e descrevi individualmente (com exemplos) cada uma das três coleções (Mohr, 1994). O texto que se segue resume a análise feita.

QUE SAÚDE É APRESENTADA NOS LIVROS DIDÁTICOS?

Apesar de algumas pequenas diferenças entre as coleções, o conjunto das três é muito homogêneo quanto a conteúdos, metodologias e abordagens.

Utilizando-me de conhecido ditado chinês, diria que a característica mais marcante dos Programas de Saúde apresentados nos livros didáticos analisados é que eles dão o peixe mas não ensinam a pescar. A ênfase é dada aos fatos, não aos porquês. Assim, ao invés de explorar o fenômeno do parasitismo e abordar algumas parasitoses como exemplos, prefere-se detalhar as parasitoses e incluir tênue menção ao parasitismo. Isso é válido, ainda, para a contaminação da água e dos alimentos; ensina-se que eles podem estar contaminados, mas não se menciona como e por que se contaminam. Ênfase distinta capacitaria os alunos a, de posse de um princípio geral, identificar e prevenir outras situações. Muitos dos problemas surgidos, com relação ao conteúdo das coleções, reside nessa abordagem, que acaba sendo estigmatizadora, inibidora e preconceituosa.

Essas falhas apresentadas pelas obras em questão assumem características dramáticas, se conside-

ramos que as taxas de escolaridade apontam que o número médio de séries concluídas pelos alunos evadidos da escola no período de 1978 a 1988 foi de 4,2 séries na região Sudeste, 3,0 na Nordeste e 3,7 séries na média do país (FIBGE, 1989). Os conhecimentos adquiridos nas primeiras séries deveriam permitir a aquisição de uma base conceitual mais sólida e adequada. Esta possibilitaria a necessária visão crítica dos aprendizados informais posteriores e subsidiaria mais criteriosamente ações, escolhas e comportamentos do cidadão.

Ao apresentarem meias verdades, os livros didáticos podem colocar o indivíduo em uma situação de desconforto e temor infundados. Quantas pessoas se sobressaltam ao encontrar um pirrocorídeo ou mirídeo dentro de casa: elas têm medo porque o confundem com um barbeiro (reduvídeo). A esse respeito comenta Machado (1991, p.63), referindo-se ao ensino da zoologia: "o ensino tradicional exagera no ensino de animal e planta que tem (*sic*) veneno, que dá (*sic*) doença, que morde (*sic*). Esses grupos são minoria mas, no momento em que todo um curso é centrado nisso, distorce a imagem para o negativo, ao contrário do que a gente quer". E continua comentando sobre o ensino que irresponsavelmente cita, por exemplo, *Biomphalaria glabrata*, mas não se preocupa em distingui-la dos demais caramujos. "Vem daí que eu já vi criança com medo daquele caramujinho de jardim... nós não temos o direito de ensinar nada a uma criança que a coloque angustiada no jardim de sua própria casa. A educação ambiental que eu advogo, é libertadora. Nós devemos dar conhecimento às crianças e às pessoas, para que elas sintam-se bem no jardim, no parque ou na floresta porque conhecem um mínimo daqueles ambientes."

Se a ignorância dos princípios gerais e dos fatores causais contribui, por um lado, para a aquisição desses temores sem fundamentos e de preconceitos, por outro, concorre para a prática de comportamentos de risco que não são devidamente avaliados. O exemplo da AIDS é contundente. A brutal discriminação social sofrida pelos soropositivos contrapõe-se ao desleixo individual que expõe os indivíduos ao potencial contato com o vírus através de agulhas e sangue contaminados ou, ainda, relações sexuais (sem o uso da camisinha) com os portadores do HIV.

Outro problema importante diz respeito aos tipos de conteúdos e exemplos abordados pelos livros didáticos. Independentemente da especificidade regional ou da condição econômica de cada local onde o livro será utilizado, existem problemas gerais comuns à infância. Gripe, diarreias, resfriado, sarampo, micoses, piolhos, cáries dizem respeito à condição infantil. Em vez de partir desse referencial conhecido e vivenciado para introduzir conhecimentos mais gerais, os autores se limitam a descrever a teníase ou a esquistossomose. Com isto não pretendo, de nenhum modo, sustentar a tese de que tais conhecimentos não sejam importantes ou que se deva ignorá-los. Contudo, é muito mais significativo para a criança adquiri-los a partir de exemplos de seu cotidiano. O mesmo é vá-

lido para os alimentos. Qual a razão da descrição de seus componentes ou a identificação de sua origem, se não se explora o regime alimentar do aluno, os alimentos disponíveis na lanchonete junto à escola, ou, ainda, o que é servido como merenda escolar? Raciocínio semelhante pode ser aplicado aos hábitos de higiene. Quando os livros didáticos se referem à situação ideal, sem explorar os comportamentos manifestos do aluno e os recursos de que ele dispõe na escola e em casa, pode acontecer que a distância entre o que está no livro e a vida real seja tão grande que os conteúdos trabalhados em Programas de Saúde adquiram o mesmo *status* dos contos de fadas ou da ficção científica: a fantasia.

Não se trata de reduzir ou circunscrever os conteúdos abordados ao pequeno mundo de conhecimento e realidade do aluno e incorrer na situação criticada por Freitag et al. (1989) e por quem critica a produção regionalizada do livro didático (Oliveira, 1983b e Silva, 1983) e, sim, partir de algo significativo e passível de intervenção pelo aluno. Infelizmente, quando abordam problemas mais próximos a ele, os autores não enfatizam os aspectos que estamos comentando. Exemplo claro é o conteúdo dedicado ao "lixo". Em todos os volumes analisados, da maneira como é tratada a questão, parece que "lixo" só merece esta designação quando no saco ou na lata. Não há, nunca, referência à produção individual do lixo, o palito do picolé, a madeira do lápis que é apontado, a cinza do cigarro, que vão parar no chão, ou a casca da laranja e o papel do biscoito que são jogados pela janela dos veículos. Até aí, esses objetos não são lixo; eles só serão assim denominados a partir do momento em que forem recolhidos e ensacados. Portanto, a perspectiva da responsabilidade individual não é desenvolvida, encontrando-se em abundância, como visto anteriormente, mandamentos de comportamentos individuais completamente alijados de fundamentação ou justificativas.

A responsabilidade individual não se resume àquelas ações que dizem respeito à saúde individual, mas, sobretudo, às que requerem a soma das ações individuais. Se é verdade que as ações de um indivíduo podem, por exemplo, reduzir ou evitar suas cáries dentárias, ou diminuir seu risco de contato com AIDS, hanseníase ou tétano, o mesmo não acontece com o controle do mosquito transmissor do dengue, com a poliomielite, o sarampo ou a tuberculose.

Se, por um lado, falta o desenvolvimento dos conceitos propostos, por outro, em se mantendo o padrão apresentado pelas obras, sinto enorme alívio com o pequeno número de páginas destinadas aos Programas de Saúde: só assim não se vêem multiplicados os erros cometidos com relação aos aspectos científicos.

Certas incorreções não só denotam a ignorância dos autores, como, também, sua displicência em não consultar fontes com um mínimo de credibilidade. Em qualquer biblioteca os autores aprenderiam a diferença entre agente etiológico e transmissor de uma dada doença. No mesmo local teriam acesso a ilustrações,

onde aprenderiam a distinguir lombriga de minhocas. Superado esse tipo de limitação, talvez os autores pudessem consultar a excelente coleção *Ciência Hoje das Crianças*, publicada desde março de 1987 pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Lendo tal periódico, que encanta crianças e adultos, talvez percebessem que escrever para o público infantil não significa despir os conceitos e apresentar sua caricatura, com pretextos excusos: "sob a forma de pequenos textos, escritos em uma linguagem direta, para facilitar a leitura e o entendimento... Há um predomínio de gravuras, atendendo-se assim ao nível de leitura do alfabetizando" (Coleção *Aprender com Alegria*, Manual do Professor, p.VII). Talvez aprendessem, também, que não é necessário maquiagem ou dissimular o conhecimento para torná-lo interessante ao aluno. Ao contrário, é essa falta de substância intelectual dos autores e, em consequência, de seus livros didáticos que muito contribuem para o fenômeno percebido por todos aqueles relacionados, de alguma forma, à atividade escolar: a criança curiosa, atenta e interessada das primeiras séries, vai-se transformando, à medida que avança em escolaridade, num aluno desinteressado, decepcionado, entediado, desvinculado da realidade a sua volta e incapaz de observá-la ou compreendê-la.

Embora os Programas de Saúde devam eminentemente revestir-se do caráter preventivo, em alguns temas há falta de conhecimentos que poderiam embasar e subsidiar as ações curativas, quando estas se fizessem necessárias. Exemplo nítido é a abordagem das verminoses, em que não se menciona a importância do tratamento das pessoas infectadas para o rompimento do ciclo de transmissão do parasita. Da mesma forma, ausentes, encontram-se os conteúdos sobre soros. São de fundamental importância os conhecimentos sobre os soros antitetânico e anti-rábico.

As coleções não abordam a saúde ou a doença segundo o enfoque das influências dos fatores do ambiente — físicos, biológicos, sociais e culturais. Talvez essa seja a perspectiva mais indicada para que o indivíduo formule seus próprios conceitos. Dessa forma ele poderia avaliar, interpretar e integrar novas informações e adotar conscientemente ações e comportamentos coerentes.

A predominância absoluta dos exercícios de tipo cópia faz com que as coleções analisadas limitem-se a explorar a habilidade mais elementar com relação ao texto escrito, ou seja, a identificação visual. Molina (1987, p.105) resume esse tipo de atividade quando diz que "A afirmação é tomada, palavra por palavra, na forma literal do texto. Não são evidência suficiente de compreensão, uma vez que podem ser respondidas emparelhando seus elementos ortográficos ou fonéticos superficiais da comunicação original".

Sem dúvida, o período escolar ao qual se destinam as coleções caracteriza-se, dentre outros objetivos, pela aquisição e consolidação da capacidade e habilidade de leitura e escrita. O lastimável é que, ao contrário do declarado nos manuais para o professor,

não seja aproveitada e estimulada nos alunos a capacidade de expressão própria e criativa.

Outra deformação encontrada nas freqüentes questões do tipo "Pergunte a sua mãe sobre as vacinas que você já tomou" é a subtração da capacidade de iniciativa própria do aluno. Além disso, reforça a idéia de que qualquer autoridade é detentora das informações, pelo fato de ser autoridade. Para se ter uma idéia da importância do fenômeno, basta contabilizar o número de pessoas de nosso círculo de conhecimento que adotam certos procedimentos ou argumentos porque o "especialista" que apareceu na televisão ou no rádio assim argumentou.

Da maneira como se apresentam nas três coleções (para ressaltar nomes de capítulo e temas), as ilustrações e o uso das cores parecem ter o objetivo primordial de impressionar pais, alunos e professores, chamando a atenção para o colorido do livro e promovendo sua venda, como observa Ferreira (1984). Também Witter (1981, p.34) ressalta que "não se justifica a inclusão de um elemento no material didático sem que tenha alguma relação com o processo ensino-aprendizagem. Se a figura não exercer qualquer controle sobre o repertório do aluno, não se justifica encarecer a produção do material pela inclusão da mesma".

Considerando-se a falta de familiaridade visual com um ovo de lombriga ou com um miracídio, ao contrário do que ocorre com laranjas ou automóveis, a inclusão daqueles desenhos deve ser feita com mais rigor técnico. A estilização, neste caso, não tem nenhuma razão de ser. Nesta linha, seria imperioso a consulta de obras especializadas de parasitologia ou saúde pública, nas quais os autores poderiam encontrar representações didáticas mais fiéis.

Oliveira (1983a), em estudo sobre os custos de produção, constata que a utilização das ilustrações e o uso da cor no livro didático não são fatores desprezíveis. Entretanto, esse impacto é atenuado com tiragens acima de 30 mil exemplares. De qualquer forma, urge avaliações e modificações para aperfeiçoá-las, melhorando sua qualidade gráfica, revisando a correção técnica e aprimorando sua significação cognitiva ou suprimindo-as. Um grande número dentre as atuais não faria falta, ao contrário, talvez ajudasse a não aumentar a confusão causada por certos textos.

Infelizmente, ainda é imperioso admitir que as críticas feitas por Lins (1977), de que os livros didáticos de português estavam acometidos do "delírio iconográfico", continuam atuais e válidas para as coleções analisadas. Chego à conclusão que estas coleções também pertencem ao que este autor denominou "Disneylândia Pedagógica".

Após a análise, fica evidente que os volumes não proporcionam meios de atingir os objetivos por eles mesmos propostos e declarados nos manuais do professor.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

As coleções analisadas apresentam os Programas de Saúde baseados fundamentalmente em regras de higiene (corporal, mental, alimentar e social) e de prevenção a algumas verminoses, doenças contagiosas e acidentes. Na maioria das vezes, esses procedimentos são apresentados sem qualquer fundamentação que os caracterizem como ações e escolhas conscientes. Se tal enfoque pode ser de valia em campanhas temporárias e emergenciais, são totalmente contraproducentes e ineficazes na perspectiva do currículo escolar, que se propõe formador de indivíduos com capacidade de análise e de crítica.

Nos volumes, o conteúdo dos Programas de Saúde é desenvolvido de forma incompleta, inúmeras vezes com conceitos ausentes e mesmo informações incorretas. Esses conhecimentos são apresentados como um aglomerado de fatos muito mais propensos a estimular memorização do que compreensão dos princípios gerais, capacidade de raciocínio, análise e crítica do aluno. Além disso, são desenvolvidos quase como uma ilustração das regras. O fato de se apresentarem desvinculados de situações e problemas reais e significativos para os alunos pode introduzir a idéia de Programas de Saúde puramente teóricos e abstratos, que servem, quando muito, para responder às questões de provas escolares.

Tendo em vista a péssima qualidade dos livros analisados e a ampla preferência que por eles demonstraram os professores quando da solicitação à FAE, no PNLD — 1991, existem três hipóteses a considerar: 1) não há títulos melhores disponíveis no *Manual* (Brasil, 1991b); 2) os professores não estão avaliando os livros didáticos solicitados; 3) os professores não foram capazes de fazer uma avaliação satisfatória.

A importância do PNLD cresceu após a promulgação do texto constitucional de 1988. No artigo 208, VII encontramos que o dever do Estado com a educação será efetivado, dentre outros, mediante a garantia de "atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-pedagógico, transporte, alimentação e assistência à saúde".

Assim, é importante o aperfeiçoamento do Programa, não só em termos de quantidade, mas, concomitantemente, de melhoria de qualidade do livro distribuído. Além disso, o montante de recursos envolvidos não justifica a FAE como um mero entreposto entre as editoras e os professores. Da mesma forma como é intolerável e inimaginável a compra de alimentos deteriorados ou contaminados para o programa da merenda escolar, a compra do livro didático merece mais atenção. Os próprios objetivos do PNLD, que incluem o de buscar a elevação da qualidade pedagógica e física do livro e tornar o professor um ativo participante nas tarefas de análise, seleção e indicação do livro didático demonstram a importância de um processo de avaliação mais criterioso e eficiente deste instrumento pedagógico. Além disso, a importância do

PNLD no mercado editorial brasileiro demonstra sua capacidade potencial de intervenção para o aperfeiçoamento dos livros didáticos de 1º grau.

Contudo, tal ação deve pautar-se em dois princípios basilares, para evitar erros do passado: primeiro, não exercer ou se tornar um instrumento de censura ideológica ou política e, segundo, respeitar o direito de livre escolha dos livros didáticos pelos professores.

Feitas tais considerações, algumas sugestões poderiam ser esboçadas:

- A FAE, sem prejuízo de outras iniciativas de mesmo caráter, deveria assumir a organização e coordenação do processo efetivo e regular de avaliação dos livros didáticos inscritos no PNLD.

- A execução da avaliação dos livros didáticos, obrigatoriamente multidisciplinar, deveria contar com a colaboração de especialistas das áreas educacionais, das áreas de conhecimento de cada livro alvo, além de especialistas em comunicação visual e editoração. Para isso, é condição essencial que a FAE se articule com as associações e conselhos profissionais e que estes sejam parte efetiva do processo.

- A avaliação dos títulos disponíveis deveria ocorrer visando objetivos a curto prazo (corrigir as incorreções de conteúdo e ilustrações dos livros didáticos existentes) e a médio e longo prazo (uma reformulação mais profunda quanto ao enfoque e às metodologias neles utilizadas).

- Esse processo de avaliação permanente poderia ser realizado nos moldes das consultorias *ad hoc* atualmente em uso pela CAPES e pelo CNPq, com previsão de encontros e discussões periódicas.

- Os resultados dessas avaliações teriam a finalidade de subsidiar os professores nas suas próprias análises dos livros didáticos e deveriam ser encaminhadas às escolas, de forma clara e concisa, indissociada do *Manual* (Brasil, 1991b).

Mais importante que isto, entretanto, é o estímulo e a implementação das atividades de análise e avaliação dos livros didáticos nos cursos de formação de professores (2º e 3º graus). Além, é claro, de um aperfeiçoamento na própria formação dos professores, que, somado a outros fatores, talvez permitisse aos professores prescindir dos livros didáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTBACH, Philip G. Key issues of text-books provision in the Third World. *Prospects*, Paris, v.13, n.3, p.315-26, 1983.
- ALVES, Neila G. A Saúde na sala de aula: uma análise nos livros didáticos. *Cadernos CEDES*, São Paulo, n.18, p.38-53, 1987.
- ALVES, Nilda. O Conteúdo e o método nos livros didáticos de 1ª a 4ª série do 1º grau. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n.27, p.13-32, 1987.
- BARBIERI, Marisa R. Mais que uma alternativa ao livro didático. *Passando a Limpo*, Ribeirão Preto, n.1, p.13, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692 - de 11 de agosto de 1971: fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Documenta*, Brasília, n.129, p.400-16, 1971.
- _____. Conselho Federal De Educação. Parecer nº 2.264/74 - Ens. (1º e 2º Graus), aprovado em 6-agosto-1974. *Documenta*, Brasília, n.165, p.63-81, 1974.
- _____. Fundação de Assistência ao Estudante. *Manual para indicação de livro didático*. PNLD/FAE, 1991. Rio de Janeiro, MEC/FAE/RJ, 1990.
- _____. *Programa Nacional do Livro Didático - 1991, livros pedidos e comprados por UF* (OS 017/91). PNLD 549. [Brasília], 1991a. p. 374-98. [reprogr.]
- _____. *Manual para indicação de livro didático*. PNLD/FAE, 1992. Rio de Janeiro, MEC/FAE/RJ, 1991b.
- CANDEIAS, Nelly M. F. Ensino da saúde: interesses na área de saúde de escolares adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, n.50, p.40-52, ago. 1984.
- FERREIRA, Maria G. Análise de uma cartilha: estudo comparativo em três classes sociais. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v.13, n.57, p.39-44, 1984.
- FIBGE. *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*. Rio de Janeiro, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, 1989. v.4.
- FRACALANZA, Hilário, SANTORO, M. I., MELLO, R. F. (orgs.). *Que sabemos sobre o livro didático*. Catálogo analítico. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989. Universidade Estadual de Campinas, Biblioteca Central.
- FRANCO, Maria L. P. B. O Livro didático e o Estado. *Revista da ANDE*, São Paulo, v.1, n.5, p.19-24, 1982.
- FREITAG, Bárbara., MOTTA, V. R., COSTA, W. F. *O Estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Rede Latino-americana de Informação e Documentação em Educação, 1987.
- _____. *O Livro didático em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- GREEN, Lawrence W. Novas políticas em educação para a saúde. *A Saúde no Mundo*, p.13-17, abr./maio 1983.
- LINS, Osman. *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus, 1977.
- MACHADO, Angelo. Natureza e educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1. *Anais*. Curitiba, 1991. p.53-69.
- MINAYO, Carlos, MINAYO, M. C. S., BUS, P. M., PRATA, P. R. Desigualdades sociais e o meio ambiente. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SAÚDE, *Carta de saúde, agenda sanitária e relatórios finais*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1992. p.14-24.
- MOHR, Adriana. *A Saúde na escola: análise de livros didáticos de 1ª a 4ª séries*. Rio de Janeiro, 1994. Diss. (mestr.) Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- MOHR, Adriana, SCHALL, V. T. Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.199-203, 1992.
- MOLINA, Olga. *Quem engana quem: professor x livro didático*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MOURA, Eryl C. Ensino da saúde no currículo do 1º grau - subtema nutrição. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.42, n.3/4, p.283-7, 1990.
- NASCIMENTO, Estelina, REZENDE, A. L. *Criando histórias, aprendendo saúde*. São Paulo: Cortez, 1988.

- OLIVEIRA, João B. A. *A Pedagogia e a economia do livro didático*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1983a.
- _____. Cartilhas de alfabetização e a regionalização do livro didático. *Cadernos de Pesquisa*, n.44, p.95-8, fev. 1983b.
- PONDÉ, Glória, ALVES, N., ROLLIN, W. O Livro didático na área de comunicação e expressão: algumas idéias. *Leitura: Teoria & Prática*, São Paulo, v.3, n.4, p.26-32, 1984.
- PRETTO, Néelson de L. *A Ciência nos livros didáticos*. Campinas: UNICAMP; Bahia: UFBA, 1985.
- _____. A Natureza e os livros didáticos. *Leitura: Teoria & Prática*, São Paulo, v.7, n.11, p.3-6, 1988.
- RICHAUDEAU, François. *Conception et production des manuels scolaires*. Guide pratique. Paris: UNESCO, 1986.
- SCHALL, Virgínia T. et al. Health education for children. Developing a new strategy. In: SECOND INTERNATIONAL SEMINAR: MISCONCEPTIONS AND EDUCATION STRATEGIES IN SCIENCE AND MATHEMATICS, 2. Proceedings of... Ithaca: Cornell University, 1987a. p.390-403.
- SCHALL, Virgínia T. et al. Educação em saúde para alunos de primeiro grau. Avaliação de material para ensino e profilaxia da esquistossomose. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.21, n.5, p.387-404, 1987b.
- SILVA, Teresa R. N. O Livro didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização. *Cadernos de Pesquisa*, n.44, p.98-101, fev. 1983.
- SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS (SNEL). *Produção editorial brasileira, 1989: análise dos resultados*. Rio de Janeiro: SNEL, 1990.
- _____. *Produção editorial brasileira - 1991 - Resultados*. Rio de Janeiro: SNEL, 1993.
- VARGAS, Cláudia D., MINTZ, V., MEYER, M. A. A.. O Corpo humano no livro didático ou de como o corpo didático deixou de ser humano. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.8, p.12-8, 1988.
- WITTER, Geraldina P. Bases científicas para produção e avaliação da ilustração de cartilhas. *Boletim de Psicologia*, v.80, n.33, p.32-9, 1981.
-